

## Brasil



HELICÓPTERO DESAPARECIDO  
Dez dias de mistério

Aviação da PM de São Paulo vai voltar a lugares já sobrevoados



# O DINHEIRO É O ALVO

## Metade dos inquéritos nos quartéis desde 2018 apura crimes com motivação financeira



Mais tempo para investigar. Metralhadoras furtadas do Arsenal do Exército em Barueri e recuperadas no Rio de Janeiro; inquérito foi prorrogado em caráter excepcional pelo Supremo Tribunal Militar



Estelionato. Hospital Militar do Recife: quatro oficiais condenados por fraudes em compras



Civis também punidos. Batalhão de Suprimentos em Manaus: fraude levou a 21 condenações

BERNARDO LIMA  
bbernardo.lima@globo.com.br

Metade dos inquéritos policiais militares (IPMs) instaurados nos últimos cinco anos pelas Forças Armadas foi aberta para apurar suspeitas de crimes com motivações financeiras, superando casos que envolviam violência ou desobediência em quartéis, por exemplo. Dados obtidos pelo GLOBO via Lei de Acesso à Informação mostram que de 2018 a 12 de dezembro de 2023, nos 7.889 IPMs instaurados na Justiça Militar, estelionato foi o crime que aparece no maior número de investigações (1.312), seguido de furto (644), falsificação de documento (420) e falsidade ideológica (295).

Os objetivos de retirar recursos das Forças Armadas ou de lucrar com o desvio de bens militares estão por trás desses crimes. Entre os estelionatos apurados por IPMs e que tiveram punição está o de desvio de recursos públicos do Hospital Militar do Recife. Em 2023, quatro oficiais do Exército — dois co-

ronês, uma ex-tenente e um capitão da reserva — foram condenados pelo Superior Tribunal Militar pelo crime de estelionato. As penas variaram entre quatro a seis anos de reclusão. Segundo a denúncia do Ministério Público Militar sobre o caso, apresentada em maio de 2019, os oficiais comandavam um esquema de emissão de notas fiscais falsas de compra de materiais de informática, que nunca foram entregues. O esquema era coordenado por um coronel que trabalhava como ordenador de despesas do hospital. O prejuízo com as fraudes foi estimado pelo Ministério Público em R\$ 157 mil.

### DESVIO EM BARUERI

No caso dos furtos em quartéis, o episódio de maior repercussão foi o desvio de 21 fuzis do Arsenal de Guerra de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, no ano passado (19 já foram recuperadas). O Exército puniu 38 militares com prisões disciplinares por "faltas nos procedimentos de controle que contribuíram para a ocorrência", mesmo sem terem relação direta

### INVESTIGAÇÕES FARDADAS

Os crimes e irregularidades apurados na Justiça Militar

IPMs instauradas na Justiça Militar da União entre 2018 e 12 de dezembro de 2023

7.889

IPMs sobre crimes com motivação financeira

3.957 (50,1%)

Estelionato

338

231

154

196

354

179

1.312

2018 2019 2020 2021 2022 2023

Fonte: Justiça Militar da União

com o desvio, segundo o Comando Militar do Sudeste. O IPM sobre o caso, que apura as responsabilidades criminais diretas e corre em sigilo, foi prorrogado para o

### Furto

total

644

129

120

80

89

105

122

2018 2019 2020 2021 2022 2023

Fonte: Justiça Militar da União

### Falsificação de documento

total

420

90

91

48

70

55

66

2018 2019 2020 2021 2022 2023

Fonte: Justiça Militar da União

### Apropriação indebita

total

325

75

90

54

36

35

35

2018 2019 2020 2021 2022 2023

Fonte: Justiça Militar da União

### Falsidade ideológica

total

295

59

49

50

35

58

44

2018 2019 2020 2021 2022 2023

Fonte: Justiça Militar da União

Editoria de Arte

dia 17, em caráter excepcional, pela Justiça Militar.

O Comando Militar do Sudeste informou que a

prorrogação foi necessária

por se tratar de um caso

que demanda a produção de

muitos elementos e do re-

torno de informações e pes-

quisas". Os seis militares

suspeitos são investigados

por se tratar de um caso

ção e extravio. Caso sejam condenados na Justiça Militar, a sentença poderia somar as penas de todos os delitos apontados, diferentemente da Justiça Comum, que aplicaria a pena do crime mais grave.

— Esse é um dos motivos pelo qual a gente diz que é muito melhor ser processado e julgado na Justiça Comum do que na militar. Além disso, as penas previstas no Código Penal Militar costumam ser mais pesadas — diz o advogado especialista em direito militar Fábio Tavares Sobreira.

Desde 2018, foram abertos 127 inquéritos para apuração de crimes relacionados a licitações nas Forças Armadas. Em um desses casos, o Superior Tribunal Militar manteve em 2023 a condenação de 21 réus, entre militares e civis, por peculato e corrupção passiva em fraudes nas licitações de alimentos para unidades militares em Manaus. O esquema começou no batalhão de suprimentos da capital amazense. A pena mais alta foi para um coronel: 13 anos e quatro meses de prisão.

Os IPMs são um passo anterior à investigação do Ministério Público Militar. Civis também podem ser alvo, desde que cometam algum delito praticado contra as instituições militares. Procuradas, nenhuma das três Forças quis comentar os dados dos inquéritos.

### MUDANÇA EM 2017

Em 2017, o Congresso alterou um artigo do Código Penal Militar e ampliou o conceito de crime militar, admitindo uma nova categoria, por extensão. Embora não previstos no Código Penal Militar, apenas no Código Penal, essas condutas podem adquirir essa condição se cometidas contra instituições militares.

Com a mudança, delitos como estelionato e furto cometidos por militares passaram a ser julgados e investigados pela Justiça Militar.

Os dados obtidos via Lei de Acesso à Informação mostram que, como caso de Barueri, os desvios de artefatos com poder de fogo de quartéis do Exército dispararam em 2023. A Força registrou 48 ocorrências de desvio de armamentos ou munições até outubro, uma média de quase cinco por mês, o maior número dos últimos dez anos.

O arsenal roubado ou furtado de quartéis em 2023 soma 460 munições, três pistolas, as 21 metralhadoras roubadas em Barueri e dois fuzis. Os registros estão espalhados por sete das 12 regiões militares. Desde 2018, foram abertos 44 inquéritos para apurar crimes contra o Sistema Nacional de Armas, relacionadas à comercialização de armas de fogo e munição.